



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ANEXO I - Termo de Referência - Serviços de TIC  
Processo Administrativo nº 23086.002253/2020-72

Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso temporário do software fiscal para atender a demanda da Divisão Contábil da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.

Diamantina, Dezembro de 2020.

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
21/10/2020	1.0	Elaboração do Termo de Referência com base na IN 01/2019 SGD/ME	Equipe de Planejamento da Contratação
03/12/2020	1.1	Retificações recomendadas pela Procuradoria Geral Federal. Atendimento ao parecer (SEI! 0232036)	Equipe de Planejamento da Contratação

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso temporário do software fiscal para atender a demanda da Divisão Contábil da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.

**2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS**

2.1. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019;

2.2. As especificações e informações técnicas são de responsabilidade dos integrantes requisitantes e do integrante técnico do planejamento desta contratação.

**3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A UFVJM apesar de ser imune e isenta de pagamento de impostos, possui inscrição Estadual, por realizar movimentação de mercadorias por Processamento Eletrônico de DADOS (PED) para emissão de documentos fiscais. (Ex.: devolução de mercadoria, remessa para conserto, remessa de equipamento para participação em eventos, leilões, etc). Uma vez que realiza este tipo de movimentação, o Protocolo do ICMS obriga a UFVJM a atender algumas obrigações acessórias E dentre essas obrigações está a entrega do SPED Fiscal. (Sistema Público de 1 Escrituração Digital que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal das pessoas jurídicas, inclusive as imunes ou isentas. Para tanto, é necessário mantermos continuamente um sistema de software com aplicativo fiscal a licença de uso para transmissão de dados.

3.2. A aquisição deste software vai garantir um programa de natureza contábil onde são lançados todos os documentos fiscais que tramitam na UFVJM. E através deste programa que vamos conseguir exportar os dados para o SPED Fiscal para então transmitir às Receitas Federal e Estadual.

3.3. É importante destacar na UFVJM, existe um posto de venda que comercializa os produtos excedentes de produção. O programa também é desenvolvido para atender as vendas que são processadas por cupom fiscal inclusive no gerenciamento dos recursos.

3.4. Alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento elencados no art. 6º da IN 01/2019 SGD/ME

Inciso do artigo 6º	Situação do alinhamento
I - em consonância com o PDTIC do órgão ou entidade, elaborado conforme Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de abril de 2019;	Até o momento do planejamento desta contratação não havia Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) elaborado conforme Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de abril de 2019. Porém no Plano de Metas e Ações do PDTIC 2016/2017 deste órgão há entre suas ações: <b>Adquirir software para as estações de trabalho e dispositivos móveis, porém priorizando a utilização de softwares livres</b>
II - previstas no Plano Anual de Contratações;	O item 1 está previsto no Plano Anual de Contratações de 2020 pelo número de item 4381.
III - alinhadas à Política de Governança Digital, instituída pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016;	Não se aplica. Foi definido como inaplicável o alinhamento da contratação à Política de Governança Digital, instituída pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016 pois este decreto encontra-se revogado pelo Decreto Nº 10.332, de 28 De Abril de 2020. Embora o Decreto 10.332 descreva em seu artigo 1º “ <i>Fica instituída a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, na forma do Anexo, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i> ”. Ao observar o anexo, não foi identificada iniciativa que trata aquisição de softwares para auxílio à servidores dos órgãos, mas políticas públicas para beneficiar o cidadão.
IV - integradas à Plataforma de Cidadania Digital, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, quando tiverem por objetivo a oferta digital de serviços públicos.	Não se aplica. Uma vez que a ferramenta a ser contratada não será utilizada pelo Cidadão, mas pela equipe de servidores públicos internos da UFVJM, o alinhamento com a Plataforma de Cidadania Digital não é aplicável.

#### 4. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS

ALINHAMENTO AOS PDTIC			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
1	Adquirir software para as estações de trabalho e dispositivos móveis, porém priorizando a utilização de softwares livres	1	Atualizar e ampliar o parque de estações de trabalho e dispositivos móveis, com seus equipamentos, software e serviços

ALINHAMENTO AO PAC 2020	
Item	Descrição

4381	Contratação de empresa para fornecimento de software e licença de uso de aplicativo fiscal com fornecimento e suporte.
------	--

**5. DOS BENS/SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO E ESTIMATIVA DE PREÇO**

Grupo	Item	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor total do Grupo
1	1	111490	SISTEMA DE GESTÃO ERP: Sistema de Gestão e Controle de Produção - Sistema incluindo cadastro de produtos, fornecedores e clientes, controle de estoque físico (quantidade) e financeiro (custos), controles financeiros, incluindo o fluxo de caixa e os demonstrativos de resultados. Registro e gerenciamento de produção.	Licença anual	1	R\$ 4.165,33	R\$ 4.165,33	R\$ 12.495,99
	2	111490	PAF - PROGRAMA APLICATIVO FISCAL: ECF (PAF-ECF): Registro de saída, registro de entrada, livro de Inventário, livro de controle de produção e estoque, nota fiscal eletrônica, apuração do ICMS e apuração do IPI. A principal funcionalidade é a emissão do Cupom Fiscal no Empório da UFVJM. O software é homologado segundo a legislação vigente.	Licença anual	1	R\$ 4.165,33	R\$ 4.165,33	
	3	111490	Licença de uso para o módulo SPED fiscal, a Escrituração fiscal digital na escrituração da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. O aplicativo gera as informações que são transmitidas ao Fisco por meio do SPED - SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL.	Licença anual	1	R\$ 4.165,33	R\$ 4.165,33	

5.1. **Justificativa da forma de cálculo da quantidade:** Em pesquisa feita com os fornecedores, ficou entendido que é possível a aquisição de apenas uma licença, e no decorrer da contratação, caso haja necessidade de instalação do software em outros computadores, a UFVJM deverá solicitar a empresa a instalação sem ônus à contratante. Por esse motivo será definida a quantidade de 1 licença apenas para o período de 12 meses, mas com possibilidade de instalação do software em outros computadores sem ônus à UFVJM.

## 6. DOS DEMAIS REQUISITOS

### 6.1. Requisitos Legais:

6.1.1. Serão observadas, dentre outras normas:

- a) Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- b) Lei Federal nº 10.520/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- c) Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- d) Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- e) Instrução Normativa Nº 1, de 4 de Abril de 2019: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

### 6.2. Requisitos Legais Específicos:

6.2.1. A solução de Tecnologia da Informação deverá atender às obrigações contidas no RICMS 2002 ([www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao\\_tributaria/ricms/sumario2002.html](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms/sumario2002.html) acessado em 06/10/2020).

### 6.3. Requisitos de Negócio:

6.4. A solução de tecnologia da informação deverá possibilitar controle das vendas e gerenciamento de recursos. Aquisição de software e licença de uso para atender demandas de controle das vendas de excedentes da produção do campus no Posto de Vendas, com emissão de cupom fiscal, bem como atender às exigências da Secretaria Estadual da Fazenda MG, que obriga o uso de equipamento emissor de Cupom Fiscal e geração do SPED.

### 6.5. Requisitos de Capacitação:

6.5.1. O fornecedor deverá capacitar os usuários do sistema, seja de forma presencial, em vídeo ou em texto, qualquer uma das alternativas de capacitação deverão ser no idioma Português Brasileiro.

### 6.6. Requisitos de Manutenção:

6.6.1. Requisitos de manutenção não são necessários para esta contratação, por tratar de uma licença de uso de software pronto, sem a necessidade de manutenção ou evolução.

### 6.7. Requisitos Temporais:

6.7.1. A contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666/93.

6.7.2. As licenças de uso do software serão disponibilizadas na sede da UFVJM, conforme definições abaixo, sendo obrigatória a participação do Fiscal de Contrato indicado pela Administração:

6.7.2.1. **Prazos de entrega das licenças:** A CONTRATADA deverá realizar a entrega das licenças de uso do software à UFVJM através do fornecimento das senhas que deverão ser disponibilizadas em até 03 (três) dias úteis após assinatura do contrato;

6.7.2.2. **Local da entrega:** As licenças de uso do software deverão ser entregues no Campus JK da UFVJM localizado na Rodovia MGT 367 – KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba – Diamantina – MG;

**6.8. Requisitos de Segurança:**

6.8.1. Requisitos de segurança não são necessários para esta contratação, por tratar de uma licença de uso de software pronto.

**6.9. Requisitos sociais, ambientais e culturais:**

6.9.1. A solução deverá, em sua totalidade, funcionar em idioma Português Brasileiro.

**6.10. Requisitos de Arquitetura Tecnológica:**

6.10.1. A solução de tecnologia da informação deverá conter um instalação executável de 64bits para instalação dos softwares nos computadores dos requisitantes ou poderá ser executada como um software na web, usado pelo navegador de computador, desde que satisfaça todos os requisitos de negócio deste estudo.

**6.11. Requisitos de Experiência Profissional:**

6.11.1. Por não haver mão de obra exclusiva, essa contratação não faz restrições para experiência profissional.

**6.12. Requisitos de Formação de Equipe:**

6.12.1. Requisitos de formação da equipe não são necessários para esta contratação, por tratar de uma licença de uso de software pronto e não terá equipe de implementação.

**6.13. Requisitos de Arquitetura Tecnológica:**

6.13.1. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA a escolha de tipos de servidores e linguagens de programação para executar o funcionamento do software.

**6.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho:**

6.14.1. Requisitos de metodologia de trabalho não são necessários para esta contratação, por tratar de uma licença de uso de software pronto.

**7. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

7.1. Esta contratação tem o objetivo de subsidiar a contratação de licenças de uso temporário de software, garantindo ferramenta de trabalho para os servidores da Divisão Contábil da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento além de:

7.2. no quesito eficácia: permitir que os servidores da área requisitante tenham ferramenta de trabalho para executar suas atribuições de emissão de cupons fiscais; e

7.3. no quesito efetividade: atender às obrigações legais do RICMS 2002.

7.4. por meio da contratação pretendida, apoiar a Universidade a cumprir sua missão e alcançar seus objetivos.

**8. DA NATUREZA CONTINUADA DO OBJETO**

8.1. O objeto a ser licitado possui serviço de natureza continuada com validade de 12 meses, podendo ser prorrogável por até 60 meses, conforme inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, indispensável à Administração para o desempenho de suas atividades, já que a interrupção desta prestação de serviço poderá comprometer a continuidade das diversas tarefas desenvolvidas pela Instituição.

**9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da Contratante:

a) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

b) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

c) receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

- d) aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- e) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f) comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- g) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- h) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- h) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.

## **11. DO COMPROMISSO DE SIGILO**

11.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

14.1. **Prazos, horários de prestação dos serviços e locais de entrega:** conforme Requisitos Temporais deste Termo de Referência;

14.2. **Documentação mínima exigida, observando modelos adotados pela contratante, padrões de qualidade e completude das informações, a exemplo de modelos de desenvolvimento de software, relatórios de execução de serviço e/ou fornecimento, controles por parte da contratada, ocorrências, etc:** não se aplica;

14.3. **Papéis e responsabilidades, por parte da contratante e da contratada:** conforme descrito no tópico de obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE;

14.4. **Quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem fornecidos, para comparação e controle:** Por tratar de licenças de uso de software, serão enviadas em uma única vez à CONTRATANTE a quantidade de licenças descritas no tópico 5 deste Termo de Referência. Que trata da descrição dos bens/serviços que compõem o objeto;

14.5. **Definição de mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a Administração, adotando-se preferencialmente as Ordens de Serviço ou Fornecimento de Bens:** Toda comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação. Forma de Comunicação: A comunicação se dará por meio de ofícios, Emails, Reunião mediante formalização de Ata, entrega pessoal de documentos mediante aposição de recebido ou outros que possam ficar registrados. Periodicidade: Sempre que se fizer necessária a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. As comunicações que se refiram ao cumprimento ou não de cláusulas contratuais, acordo de nível de serviço e/ou similares, deverão obrigatoriamente ser formalizadas por ofício e/ou notificações, não impedindo o tramite de e-mails ou ATA para maior celeridade;

14.6. **Procedimentos de Teste e Inspeção:** A fornecedora deverá fazer a instalação do software nos computadores dos servidores que utilizarão os mesmos. Em seguida o requisitante ou usuário da solução deverá inspecionar se todos os softwares estão em correto funcionamento após licenciá-los. Em caso de correto funcionamento, o requisitante deverá preencher o Termo de Recebimento Definitivo do serviço. Em caso de incorreto funcionamento, o requisitante deverá preencher o Termo de Rejeição para que o fornecedor analise e tome as providências necessárias para correção do problema técnico.

**15. DA GESTÃO DO CONTRATO**

15.1. Critérios de Aceitação - Métrica e Periodicidade:

15.2. Por tratar de contratação de software como serviço, esta contratação não faz necessária a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado.

15.3. Procedimentos para emissão de Nota Fiscal:

15.3.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.3.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

15.3.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao

referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.3.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.3.6.1. o prazo de validade;
- 15.3.6.2. a data da emissão;
- 15.3.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 15.3.6.4. o período de prestação dos serviços;
- 15.3.6.5. o valor a pagar; e
- 15.3.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.3.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.3.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 15.3.8.1. não produziu os resultados acordados;
- 15.3.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 15.3.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.3.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.3.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.3.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.3.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.3.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.3.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.3.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



15.3.16. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.3.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.3.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.3.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

#### 15.4. **São atribuições do Fiscal Técnico do Contrato:**

15.4.1. I - confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório, a cargo do Fiscal Técnico

do Contrato, quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;

II - avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

III - identificação de não conformidade com os termos contratuais, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

IV - verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;

V - verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do Contrato;

VI - encaminhamento das demandas de correção à contratada, a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato;

VII - encaminhamento de indicação de glosas e sanções por parte do Gestor do Contrato para a Área Administrativa;

VIII - confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a cargo do Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico do Contrato, com base nas informações produzidas nos incisos I a VII deste artigo;

IX - autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato com base nas informações produzidas no inciso VIII deste artigo, a ser encaminhada ao preposto da contratada;

X - verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;

XI - verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio dos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato;

XII - verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do Contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

XIII - encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor do Contrato; e

XIV - manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, a cargo do Gestor do Contrato, com apoio dos Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo.

## 16. **DO REAJUSTE DO PREÇO**

O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação

ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.

## **17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

17.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

## **18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. Fonte (Programa/Ação): A indicação da fonte de recursos da dotação orçamentária será realizada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento da UFVJM.

18.2. Cronograma de execução física e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da Solução a ser contratada, com os principais serviços ou bens que a compõe, e a previsão de desembolso para cada uma delas:

18.2.1. Todos os itens serão liquidados em uma única parcela com os prazos previstos no Edital deste processo.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 19.1.5. cometer fraude fiscal;
- 19.1.6. não manter a proposta.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 19.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 19.2.2. multa moratória de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 19.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 19.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, de 10 % (dez por cento), sobre o valor total do contrato.
- 19.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - 19.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 19.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos e serem efetuados.

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **20. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

20.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **21. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

21.1. O não parcelamento da solução de tecnologia da informação se faz necessário por haver apenas um item no objeto da contratação.

## **22. DA AVALIAÇÃO DO CUSTO**

22.1. O custo estimado da presente contratação é de **R\$ 12.495,99 (doze mil quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos)**.

22.2. O custo estimado foi apurado a partir da declaração de composição de custos constante do processo administrativo, elaborado com base na utilização dos parâmetros dispostos na Instrução Normativa nº 73 de 5 de agosto de 2020 - Secretaria de Gestão - Ministério da Economia:

I – Painel de Preços - <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

## **23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

23.1. O regime da execução dos contratos é a empreitada por preço global, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço por item para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

De acordo com o Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica.

A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “serviço comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

23.2. O fornecedor será selecionado pelo menor preço global.

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de aptidão técnica para desenvolver e manter o tipo de software pretendido no objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

#### CARACTERIZAÇÃO DA SOLUÇÃO

Conforme especificação técnica descrita neste termo de referência.

#### TIPO DE LICITAÇÃO

Menor preço por item.

#### MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico TRADICIONAL, obedecendo ao disposto no artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

#### DA EXCLUSIVIDADE ME/EPP

A licitação será destinada exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte em função do valor dos itens não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/06.

#### JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Não se aplica.

#### CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 30 – LEI 8.666/93)

Não se aplica. Não há critérios de habilitação técnica específicos para os itens deste Termo de Referência.

#### CRITÉRIOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

O serviço ofertado deverá condizer com as especificações técnicas apresentadas neste Termo de Referência.

#### CRITÉRIOS TÉCNICOS PONTUÁVEIS

ID	Critério Técnico Pontuável (para técnica e preço)	Pontuação	%	Justificativa
1	Não se aplica			
	Total	Não se aplica		

#### CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAIS

A presente aquisição é do tipo MENOR PREÇO, sendo vencedora(s) a(s) empresa(s) que ofertar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM que atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste termo de referência ou imponham condições;

Serão desclassificadas as propostas que:

- que apresentem valores manifestamente excessivos;
- que lançadas em desacordo com o Termo de Referência, apresentando-se omissas, vagas com irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento;
- que apresentem preço unitário ou global superior ao orçado pela Administração, após a fase de lances;
- que apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

#### DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Documento de Oficialização da Demanda (SEI! 0093440).

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Técnico	Integrantes Requisitantes	Integrante Administrativo
Igor Oliveira Crisóstomo SIAPE: 1969783	Vagner Campos de Araújo Matrícula/SIAPE: 2157966	Andersen Mateus Nascimento Matrícula: 3047275

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Elton Pereira Rosa Diretor de Tecnologia da Informação Matrícula: 1823533
AUTORIDADE COMPETENTE
Aprovo,  Alcino de Oliveira Costa Neto Pró-Reitor de Administração Matrícula: 2409112

Diamantina, 21 de Outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Vagner Campos de Araújo, Servidor**, em 03/12/2020, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Junio Lemes de Souza, Servidor**, em 03/12/2020, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andersen Mateus Nascimento, Servidor**, em 03/12/2020, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0233685** e o código CRC **F8CF72BC**.